

RESOLUÇÃO POLÍTICA DA MESA NACIONAL DO BLOCO DE ESQUERDA

29 MAIO 2021



1. O EMPREGO COMO ALAVANCA DA RECUPERAÇÃO DO PAÍS

A violência da crise social, que afeta particularmente setores que viram a sua atividade parada ou reduzida pela pandemia, mede-se nas pesadas consequências no emprego e no salário de milhares de trabalhadores. À insegurança laboral já existente antes da pandemia somaram-se a imposição de novas formas de precariedade e a recusa de apoios sociais robustos para quem perdeu o emprego. É na capacidade de combater a pobreza e proteger o emprego que se determina o sucesso, ou insucesso, da resposta à crise.

O esforço de criação de emprego deve considerar, desde logo, as prioridades de intervenção pública essenciais ao desenvolvimento do país: habitação, clima e cuidados sociais, numa lógica territorializada que permita começar a corrigir as consequências de décadas de centralização de população e recursos.

Mas a discussão sobre a distribuição de fundos para a recuperação da economia tem de ser acompanhada de uma outra, sobre a criação de emprego e a qualidade do emprego criado. Se assim não for, o país arrisca-se a hipotecar o esforço de resposta à crise numa política que se limita a produzir ricos em vez de produzir riqueza. Essa não é a escolha do Bloco de Esquerda.

Para que o investimento se traduza em emprego e o emprego se traduza em salário, é necessário corrigir uma lei laboral que está profundamente desequilibrada a favor dos patrões. Desde logo, acabando com os expedientes que alimentam a mancha de precariedade que afeta hoje várias gerações em vários setores da economia; erradicar o abuso dos contratos a prazo, do trabalho temporário e da falsa prestação de serviços, assim como impor contratos de trabalho às plataformas digitais que atiraram milhares de jovens para motas ou bicicletas nas nossas cidades. Proteger o emprego e valorizar salários exige também a reversão das medidas da troika que se traduziram na redução da remuneração do trabalho, no aumento

do tempo de trabalho não pago (o corte nos dias de férias permanece na lei), regras fortes sobre trabalho por turnos e teletrabalho e a recuperação da contratação coletiva e avançar para a redução do horário de trabalho para as 35 horas semanais no privado, sem redução do salário, conquistando mais tempo para a vida e criando mais postos de trabalho.

Perante a devastação social, o governo vai alternando o seu discurso entre a repetição da intenção de alterar as leis laborais (nunca concretizada), medidas para o teletrabalho sem efeitos práticos (por implicarem acordo do patrão) ou com efeitos regressivos (como acontece com a criação de um “tempo de contacto” não pago), e os anúncios proclamatórios relativos às plataformas digitais, nos quais nunca se compromete com a imposição de contratos de trabalho entre aquelas e os trabalhadores.

O Bloco de Esquerda afirma que não haverá resposta à crise sem proteger o emprego e sem criar novos empregos, reiterando a urgência de reverter os cortes da troika na lei laboral e combater a precariedade.

2. MIGRANTES: NÃO HÁ DIREITOS HUMANOS SEM HABITAÇÃO E SEM TRABALHO DIGNOS

Se a discussão sobre a qualidade do emprego é transversal a vários setores e a vários territórios, Odemira tornou visíveis os problemas particulares dos trabalhadores migrantes na agricultura. No quotidiano destes trabalhadores cruzam-se todos os tipos de precariedade: da exploração imposta pelo trabalho forçado às condições precárias da habitação em contentores, passando pela segregação territorial e pela privação dos mais básicos direitos sociais.

A exploração destes trabalhadores e os danos ambientais provocados pelo modelo de agricultura intensiva são duas faces da mesma moeda que enriquece os patrões do trabalho forçado. A impunidade de quem vive do abuso de pessoas e recursos, a que

se soma a convivência do governo com as condições habitacionais destes trabalhadores, criaram um problema de direitos humanos.

O país viu em Odemira uma realidade para a qual o Bloco e as associações de migrantes alertam desde há muito e que se repete em muitas outras regiões do país. É dessa intervenção ativista que resulta a iniciativa parlamentar que o Bloco desenvolve sobre esta matéria desde 2011. Esta semana, o Bloco levou a debate no Parlamento legislação para responsabilizar diretamente toda a cadeia que lucra com o trabalho forçado, dos donos das explorações agrícolas aos donos das terras. A sua aprovação criaria um instrumento efetivo de combate ao trabalho forçado e às máfias e tráfico de seres humanos, não dispensando uma intervenção exigente para recuperar a dignidade dos trabalhadores e reparar os danos ambientais provocados nos últimos anos.

O Bloco não admite nenhum recuo nos avanços conquistados para a regularização das pessoas migrantes. Pelo contrário, é necessário ir mais longe para garantir a sua regularização e igualdade no acesso à saúde, educação e proteção social, para garantir que a intervenção das diversas forças de segurança respeita os seus direitos, liberdades e garantias constitucionalmente consagrados, bem como uma nova política de asilo e acolhimento.

A anunciada extinção do SEF, que o Bloco vem reclamando, deve ser parte de uma nova política para a imigração que respeite as e os trabalhadores migrantes. Essa alteração terá de ser feita no parlamento e nada justifica que o governo insista em legislar por decreto-lei, o que apenas fragiliza esta decisão e a torna susceptível de juízo de inconstitucionalidade. O PS sabe que conta com o Bloco para uma maioria parlamentar que extinga o SEF e opere uma separação inequívoca entre as suas vertentes administrativa e policial.

O Bloco de Esquerda reafirma o compromisso com a luta pelos direitos dos trabalhadores migrantes, com a certeza de que estes não se cumprirão sem imposição de regras e fiscalização sobre as condições laborais e o acesso à habitação condigna.

3. NEM MAIS UM CÊNTIMO PARA O NOVO BANCO

As audições da Comissão de Inquérito tornaram evidente, uma vez mais, a impunidade dos grandes devedores e da elite financeira que assaltou o Novo Banco e a economia portuguesa. Paralelamente, os últimos meses revelaram novos elementos. Por um lado, da alteração dos rácios de capital definida pelo BCE resulta uma sobrecapitalização do banco em prejuízo das contas públicas. O Novo Banco já cumpre os requisitos regulatórios com uma margem de 400 milhões de euros, pelo que a injeção de 400 milhões adicionais revela apenas a indisponibilidade do Governo para questionar o contrato ruinoso que celebrou com o Lone Star. Por outro lado, o Tribunal de Contas confirmou o que, desde há muito, vimos afirmando: estão a ser pagos indevidamente prejuízos do banco e todo o dinheiro entregue pelo Fundo de Resolução ao Novo Banco é, de uma forma ou de outra, dinheiro público.

Perante estas evidências, o governo prepara-se para desobedecer à lei do orçamento para garantir mais uma injeção no Novo Banco. Fá-lo desta feita com a cumplicidade do PSD, que no orçamento tinha aprovado a retirada da verba para o Novo Banco e agora votou para impedir o Parlamento de se pronunciar sobre a injeção.

O Bloco de Esquerda opõe-se a esta nova injeção no Novo Banco, afirmando que todos os recursos disponíveis devem ser canalizados para criar emprego e resgatar o país da crise.

4. NENHUM SILÊNCIO SOBRE A BARBÁRIE

Os últimos dias mostraram uma sucessão de episódios que, na Europa como em vários pontos do mundo, afrontam os princípios da paz e dos direitos humanos.

Em Gaza, a violência da ofensiva israelita levou à morte de milhares de palestinianos, incluindo dezenas de crianças, e ao ataque inédito que reduziu a escombros o edifício onde estavam sediados órgãos de comunicação social internacionais como a Al Jazeera e a Associated Press.

Na Bielorrússia, o regime de Lukaschenko desviou o avião em que viajava um jornalista crítico, numa manobra que se conjuga com vários episódios de

repressão da oposição política e da comunicação social.

Em Ceuta, milhares de migrantes são usados como arma de chantagem do Reino de Marrocos - que procura legitimar a colonização do Saara Ocidental - e são abandonados à sua sorte pelas opções da União Europeia, que insiste na obsessão pelo repatriamento em detrimento dos mecanismos de apoio humanitário e persiste na recusa de direitos às pessoas migrantes e requerentes de asilo.

Perante estes acontecimentos, a União Europeia reagiu de formas diferentes. Se sobre a Bielorrússia se viu uma condenação contundente, sobre o massacre em Gaza a posição europeia reduziu-se a um silêncio cúmplice. O governo português, que atualmente preside à União Europeia, não só não promoveu uma condenação firme das agressões israelitas como em nada se diferenciou das posições europeias.

O Bloco de Esquerda reafirma o seu compromisso com a paz, com a autodeterminação do povo da Palestina e com os princípios dos direitos humanos, condenando inequivocamente a agressão israelita em Gaza e o silêncio cúmplice de quem perante esta se conforma.

5. AUTÁRQUICAS: MAIS FORÇA EM TODO O PAÍS

A intervenção autárquica do Bloco de Esquerda tem vindo a crescer, pelo número dos seus eleitos em todo o país e pelos avanços que garantiu sempre que teve a força para influenciar a política autárquica. O mandato em Lisboa, que impôs novos patamares de exigência na autarquia e no país, bem como o trabalho de muitos autarcas que, mesmo em territórios de baixa densidade, transformaram a agenda política local, do ambiente aos direitos, são património que orgulha o Bloco.

Nas próximas eleições autárquicas, o Bloco de Esquerda disputa o aumento da sua representação no poder local em todo o território, com compromisso nos seis eixos fundamentais que resultaram da sua Conferência Nacional Autárquica: responder à crise social e económica criada pela pandemia; garantir o direito à habitação; lutar pelo clima e mudar a mobilidade; combater as desigualdades e reforçar

os serviços públicos; defender a igualdade plena; impor novas exigências de democracia, transparência e combate à corrupção na política local.

Dando seguimento à decisão da Conferência Nacional Autárquica, ratificada na anterior Mesa Nacional e reafirmada na XII Convenção Nacional, que determinou que Bloco se “apresenta em todo o país com listas próprias, abertas à participação de independentes e ponderará a renovação de coligações ou o apoio a movimentos de cidadãos com balanço positivo. O Bloco de Esquerda não realizará coligações pré-eleitorais com os partidos de direita e com o Partido Socialista. Em cada executivo estará disponível para assumir todas as responsabilidades e contribuirá para a formação de maiorias que, excluindo os partidos de direita, assentem em compromissos sobre medidas fundamentais”, a Mesa Nacional decide:

1. Prosseguir o trabalho de promoção de listas candidatas aos vários órgãos autárquicos em todos os concelhos e freguesias onde o Bloco tem intervenção local;
2. Ratificar a renovação da coligação no Concelho do Funchal com o Partido Socialista e outras forças políticas, aprovada pela Assembleia de Aderentes do Funchal e com o acordo da Coordenadora Regional do Bloco da Madeira,
3. Mandatar a Comissão Política para a ratificação da renovação da participação do Bloco nas listas de cidadãos do movimento “Cidadãos por Coimbra”, caso a distrital de Coimbra aprove a proposta da coordenadora concelhia do Bloco de Coimbra e já aprovada pela assembleia de aderentes de Coimbra;
4. Ratificar o acordo para uma coligação em Oeiras com os partidos Livre e Volt, sob a bandeira do movimento “Evoluir Oeiras”, aprovado pela assembleia de aderentes de Oeiras e com o acordo da Coordenadora Distrital do Bloco de Lisboa.

6. NA LUTA PELO EMPREGO E PELOS DIREITOS, O BLOCO NÃO PÁRA

No cumprimento do mandato da XII Convenção Nacional, a Mesa Nacional decide promover debates setoriais nas suas reuniões ordinárias. Para tal, a Comissão Política deve assegurar a preparação de

relatórios sobre os seguintes temas: Intervenção no mundo do trabalho; Serviço Nacional de Saúde; Escola Pública; Regionalização; Europa; Capitalismo financeiro e sistema bancário; Radicalização da Direita; Formação política; Política de cuidados; Discriminação e desigualdade; Justiça.

Ao longo dos próximos meses, o Bloco de Esquerda afirmará as prioridades aprovadas pela XII Convenção Nacional. Para tal, a Mesa Nacional mandata a Comissão Política para desenhar um plano de iniciativas que, cumprindo todas as medidas de segurança sanitária, permita o encontro presencial dos aderentes do Bloco e dos ativistas das mais diversas lutas. Estes encontros e iniciativas devem servir a afirmação das prioridades do Bloco na disputa do próximo Orçamento do Estado e reforçar sua capacidade e mobilização para a campanha autárquica que se avizinha.

O Bloco participará ainda nas várias Marchas do Orgulho LGBTI+ convocadas no país, apelando à mobilização contra a persistência de práticas discriminatórias e afirmando a celebração da liberdade.